

## ESPAÇO URBANO LUDOVICENSE: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL

Helton Garces Gomes  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG.  
heltongomes15@gmail.com

Isilainy Cristiny Silvino da Silva  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPG.  
isy.silvino5@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho é decorrente das discussões e estudos realizados pelos dois autores de forma conjunta e apresenta-se como resultado parcial das pesquisas de mestrados de ambos com foco no processo de urbanização da cidade de São Luís e sua implicação espacial e territorial. Dessa forma, partimos do conceito de espaço geográfico e usos do território, para entender as aplicabilidades da produção espacial, a atuação dos agentes produtores do espaço - em especial a participação do Estado e dos detentores de capital - e as modificações na estrutura urbana ludovicense. Buscou-se o entendimento de alguns autores, como Milton Santos, Roberto L. Corrêa e David Harvey, para a identificação de alguns aspectos importantes na urbanização ludovicense e suas principais influências na sociedade local.

**Palavras-chave:** Urbanização, Território e Produção Espacial.

### ABSTRACT

The present work is the result of discussions and studies carried out by the two authors jointly and is presented as a partial result of the master's research of both, focusing on the urbanization process of the city of São Luís and its spatial and territorial implications. In this way, we start from the concept of geographic space and uses of the territory, to understand the applicability of spatial production, the performance of space producing agents - especially the participation of the State and the holders of capital - and the changes in the urban structure of Ludovica. We sought the understanding of some authors, such as Milton Santos, Roberto L. Corrêa and David Harvey, to identify some important aspects of urbanization in Ludovica and its main influences on local society.

**Keywords:** Urbanization, Territory and Spatial Production.

**GT – 14:** Reestruturação urbana e econômica na produção do espaço: agentes e processos

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar de forma sucinta alguns aspectos da urbanização ludovicense, levando em conta a dimensão espacial desse processo. A partir do entendimento de alguns conceitos e categorias de análises cunhadas por Santos (2006) e Corrêa (2009), buscaremos entender como, em cada período, os diferentes agentes produziram as formas espaciais, sobrepostas ao longo do tempo, que hoje caracterizam a configuração espacial da cidade. Buscamos tecer considerações sobre como essas formas abrigam e delimitam as funções dentro de um longo processo [a urbanização] seletivo e contraditório, alterando ou determinando a estrutura, ou seja, a organização social.

Sendo assim, ressaltamos que as categorias: estrutura; processo; função e forma, propostas por Santos (2006), para entendermos ou alcançarmos a dimensão espacial é de suma importância para esse trabalho, pois é a partir destas que buscamos olhar para a produção e reprodução da cidade de São Luís/MA. Portanto, aqui cabe conceituar o que seria o espaço geográfico. Para ele o espaço geográfico

“é um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações [...] permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado” (SANTOS, 2006, p. 40 - 4).

Ao falarmos da urbanização ludovicense, a entendemos como um processo pelo qual o espaço urbano sofreu profundas transformações ao longo do tempo, por meio da sobreposição ou atualização de suas formas. Segundo Corrêa (2009), os processos são um conjunto de mecanismos e ações que surgem do movimento da estrutura, entendida como a sociedade, isto é, os processos espaciais são os movimentos pelo qual a sociedade implica suas ações atribuindo ao espaço as funções e formas de produção espacial. Ainda segundo Corrêa (2009), as funções dizem respeito às atividades da sociedade, em que essas são redefinidas a cada momento e permitem a existência, manutenção e reprodução do meio social, enquanto as formas são aquelas que são definidas como as criações humanas, materiais ou não, em que as diversas atividades se realizam, sejam elas produtivas ou não.

A urbanização brasileira foi e ainda é caracterizada por diferentes modos ao longo do território desde o período colonial até os dias atuais. Esse processo apresenta singularidades, ou diferenciações, a depender do lugar, em cada cidade esse processo acontece com certas

particularidades devido sobretudo às condições (formas) preexistentes, sejam estes naturais ou meio ambiente construído. Ainda que, o processo de urbanização do Brasil siga orientações políticas e econômicas comuns, cada território recebe e influi nas ações de maneira particular.

Pensando na questão cronológica, por exemplo, podemos observar que as regiões que se industrializaram primeiro, apresentaram um desenvolvimento urbano e crescimento demográfico anterior as que receberam os incentivos à industrialização mais tardio ou de forma indireta. Vejamos, as grandes capitais brasileiras contaram com altos investimentos privados e aportes estruturais do Estado para promover certa modernização territorial, muitas vezes ligada à produção industrial.

O centro econômico e industrial do Brasil é São Paulo, ou como nos fala Santos (2006), São Paulo constitui o principal centro técnico, científico e informacional do país, onde a acumulação de capitais é resultado do consumo e dos excedentes do capital industrial. Contudo, ao analisarmos a urbanização brasileira como um todo, percebemos discontinuidades, diferentes densidades técnicas e populacionais, o que marca a forma desigual como essa se deu no território nacional. Não aprofundaremos esta análise, entretanto pontuamos que esse processo desigual tem seus fundamentos explicativos tanto pelas características de cada território, quanto pelas intencionalidades das ações dos agentes produtores do espaço urbano, sobretudo o Estado e os detentores de capital.

Ao voltarmos nossa análise para o estado do Maranhão, observamos que o processo de urbanização se deu de maneira mais acentuada na capital, São Luís, que concentrou e ainda concentra os maiores investimentos do Estado, ocasionando uma expansão urbana acelerada nos períodos de maior produção de capital, sobretudo a partir de 1970.

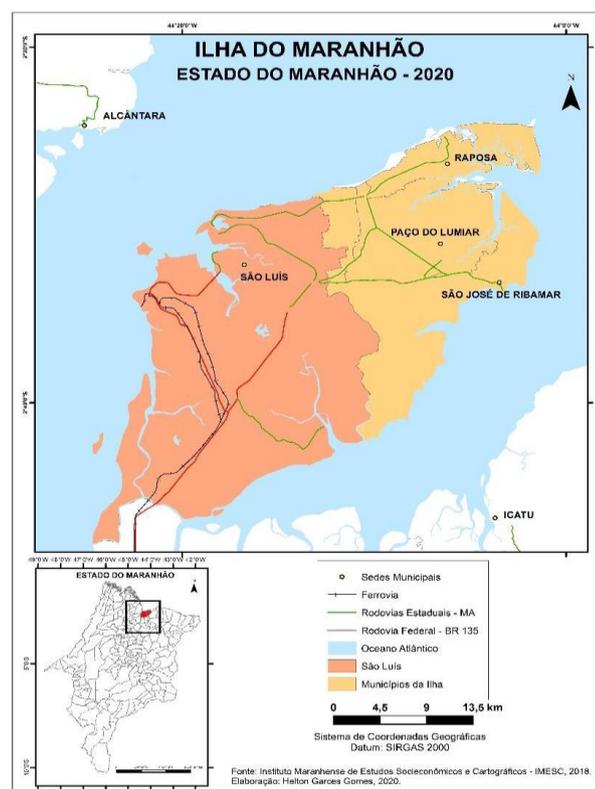
A cada época percebe-se que as atividades produtivas têm grande peso sobre as formas de usos do território. As atividades ligadas à produção e acumulação de capital ditam as formas hegemônicas de uso de determinada fração territorial. Durante o período colonial, a capital maranhense destacava-se como o elo para o mercado mundial, iniciando com as exportações agrícolas para Portugal, exportação de algodão para Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, exportação de produtos manufaturados do coco babaçu já no início do século XX e mais recentemente, a partir da década de 1970, a entrada no comércio internacional de *commodities*,

como exportação de soja, celulose, minérios de ferro, etc. Os contextos econômicos de cada período histórico foram fundamentais na produção do espaço urbano ludovicense.

## LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

São Luís, capital do Maranhão e principal cidade, localiza-se na Ilha do Maranhão<sup>1</sup> junto aos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Segundo o IBGE (2021), a população estimada é de 1.115.932 pessoas. O município encontra-se “em um domínio geoambiental denominado de Golfão Maranhense, está delimitado entre as coordenadas geográficas 2° 24’ 10” e 2° 46’ 37” de Latitude Sul e 44° 22’ 39” e 44° 10’ 00” de Longitude Oeste” (SANTOS, 2014, p 43).

Mapa 01: Municípios da Ilha do Maranhão – 2020.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

<sup>1</sup> Muitos chamam por Ilha de São Luís, mas o correto é Ilha do Maranhão ou Ilha de Upaon-Açu, nomeada pelos índios da etnia Tremembé que significa Ilha Grande.

## O PAPEL DOS AGENTES PRODUTORES E TRANSFORMADORES DO ESPAÇO

As diferenciações espaciais surgem a partir do uso do território, alguns autores falam sobre a produção do espaço e, nesse sentido, concordamos. A produção e reprodução espacial ocorre à medida que os sujeitos empregam novos usos a ele, modificando os sentidos, dando novos conteúdos às formas já existentes, ou atualizando estas para novos usos, sendo assim, é necessário identificar quais sujeitos e/ou agentes participam ou determinam essas dinâmicas.

Aqui estabelecemos uma diferença entre sujeito e agente. Entendemos por sujeito a parcela da sociedade que participa da produção dos espaços das cidades de maneira que atendam aos interesses locais, a partir de usos horizontais do território, de vínculos solidários e cotidianos.

Já quando nos referimos a agentes espaciais estamos nos referindo aos grupos que agem de maneira vertical no território, que determinam, a partir da relação de poder, seja econômica ou política, os usos que serão dados a grandes porções do território. Essas ações verticais no território também podem ser entendidas como usos hegemônicos, mas apesar da hegemonia destas ações, elas não se realizam de maneira plena, pois, há sempre uma disputa pelo território, seja direta ou indiretamente e, nesse sentido, as ações verticais competem com as horizontalidades, ou seja, existem atritos constantes nas cidades entre sujeitos e a gente, mesmo que de forma indireta, como nos fala Santos (2006, p. 215), “o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual.”

Para explicar a identificação e diferenciação dos agentes e sujeitos territoriais nos valem de estudos de alguns autores que também buscam entender a dimensão espacial a partir dos grupos que agem sobre os territórios.

Ferreira (2014), entende os sujeitos e agentes sociais apenas como um grande grupo, que denomina de “agente social”. Para ele, quaisquer agrupamentos de pessoas e/ou instituições que realizam ações em busca de seus interesses são agentes sociais. nesse sentido ele diferencia cinco agentes sociais, a saber: a) o Estado; b) os detentores de capital; c) os proprietários de terras; d) os promotores imobiliários; e) os moradores de áreas de ocupação. Sendo o Estado o

agente com maior força de ação sobre o território, tendo em vista as intervenções, articulações, e omissões deste agente para com as demandas da cidade e sua população.

Já Santos (2006), ao falar sobre os campos de forças presentes no espaço em virtude dos usos e dos processos produtivos, nos fala sobre os elementos do espaço, apontando ao menos quatro elementos: a) homens; b) empresas; c) instituições; e d) meio ambiente construído. Ele destaca a profunda relação de cada um desses com o sistema mundo. Portanto, cabe pontuar que esses elementos espaciais são entendidos como ativos no território, até mesmo o meio ambiente construído, uma vez que este limita os usos por sua forma que destina-se a receber certos conteúdos em detrimento de tantos outros.

Nós optamos por classificar os agentes territoriais em dois grupos, levando em consideração a intencionalidade de suas ações e a força de ação, ou seja, a força de determinar os usos para certa porção do território, e a atual organização classista da sociedade capitalista.

Assim, na cidade de São Luís, identificamos como sujeitos sociais aqueles grupos ligados diretamente ao território, que por uma relação de solidariedade e dependência realizam sua vivência entrelaçadas nos lugares, sendo eles possuidores de subjetividade. Aqui inclui-se os "ocupantes de terra" classificação feita por Ferreira (2014) ao estudar os grupos sociais a partir de sua relação com o espaço e, também, os homens comuns do espaço banal que nos fala Santos (2006). A fim de visualizar quem seriam os sujeitos atuantes no território ludovicense, citamos: a classe trabalhadora, grupos da sociedade civil organizada e todos aqueles que, ao seu modo, buscam romper com situações adversas impostas por uma lógica dominante.

Já por agentes, entendemos: a) o Estado; b) as instituições; c) as empresas de qualquer ordem; e d) os grandes proprietários de terra. O Estado atua principalmente na esfera normativa, a fim de possibilitar a legitimidade de ação dos demais agentes, mas também possui caráter executivo, à medida que, de maneira ativa, produz materialidades necessárias para o desenvolvimento das mais diversas atividades econômicas, culturais e sociais.

Já as instituições, apesar de também possuírem certa característica normativa, apresentam-se como estruturas vinculadas ou não ao Estado, podendo ser de diversas ordens, como por exemplo, educacional, religiosa, etc. As empresas - ou os detentores de capital - são aqueles grupos ligados diretamente em atividades econômicas e que têm como principal

objetivo a obtenção de lucro a partir das atividades desenvolvidas. Por fim, os proprietários de terra são os grandes latifundiários, ou aqueles que possuem domínio de amplas áreas urbanas e por esse motivo possuem grande poder sobre o território e nas decisões de caráter político e econômico.

Portanto, é o conjunto das ações dos sujeitos e agentes espaciais que determinam a configuração da cidade. A combinação e embates desses grupos diferenciam cada espaço e, portanto, entender as diferentes intencionalidades de cada grupo é de grande importância para entender o processo recente de modernização ludovicense.

### **SÃO LUÍS: A CIDADE PARA O CAPITAL EXTERNO**

A contar da década de 1970, as cidades brasileiras passam por um momento de reorganização. A macroestrutura espacial muda e as relações de todas as ordens recebem elementos novos, sobretudo as relações econômicas. Isso se dá, principalmente, por conta da imposição de um novo período da história, denominado por Milton Santos (2000) como o período da globalização. Esse novo momento é marcado por um novo sistema técnico e é resultado de ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, que se utiliza desse sistema técnico e impõe a globalização que se faz notar.

Nesse sentido, algumas características mundiais se impõem aos lugares, o mercado global, que se apresenta hoje como o ápice da internacionalização do mundo, estende seus tentáculos a todos os lugares, o mundo de alguma forma se imprime nos locais. Sendo assim, neste tópico teceremos algumas considerações sobre a chegada de capitais externos e a instalações de grandes sistemas de engenharia na cidade de São Luís, para entender como a cidade se desenvolveu a partir das mudanças impostas por esses elementos globais.

O contexto nacional da década de 1970, é marcado por grandes incentivos às tendências desenvolvimentistas de caráter autoritário e vertical, uma vez que o Brasil vivia os anos da ditadura militar e o início da globalização. Houve, nesse momento, a execução de projetos de integralização nacional e a difusão de um discurso modernizante que incentivava a instalação de indústrias e outros sistemas técnicos, que modificaram as dinâmicas territoriais

locais. Além disso, houve a modernização da agricultura e do setor de serviços implicando, portanto, em uma nova divisão do trabalho.

A urbanização das cidades, nesse contexto, apresenta-se como resultado, mas também como condição geopolítica e econômico-estratégica fundamental na inserção do país na economia-mundo, tendo São Paulo como núcleo dessa inserção (BAGGIO, 2014). Entretanto, outras cidades demonstram relevância regional, por suas características territoriais serem atrativas para o capital externo, é o caso da cidade de São Luís/MA.

O processo de modernização nacional se inaugura com o “Estado Novo”, na década de 1930, entretanto só em 1970, esse processo ganha novos elementos técnicos e informacionais, que possibilitam a integração dos processos produtivos locais aos globais de maneira muito mais dependente, através de elementos externos cada vez mais presentes nos lugares. Nota-se a chegada do capital estrangeiro em território brasileiro e a venda de indústrias nacionais.

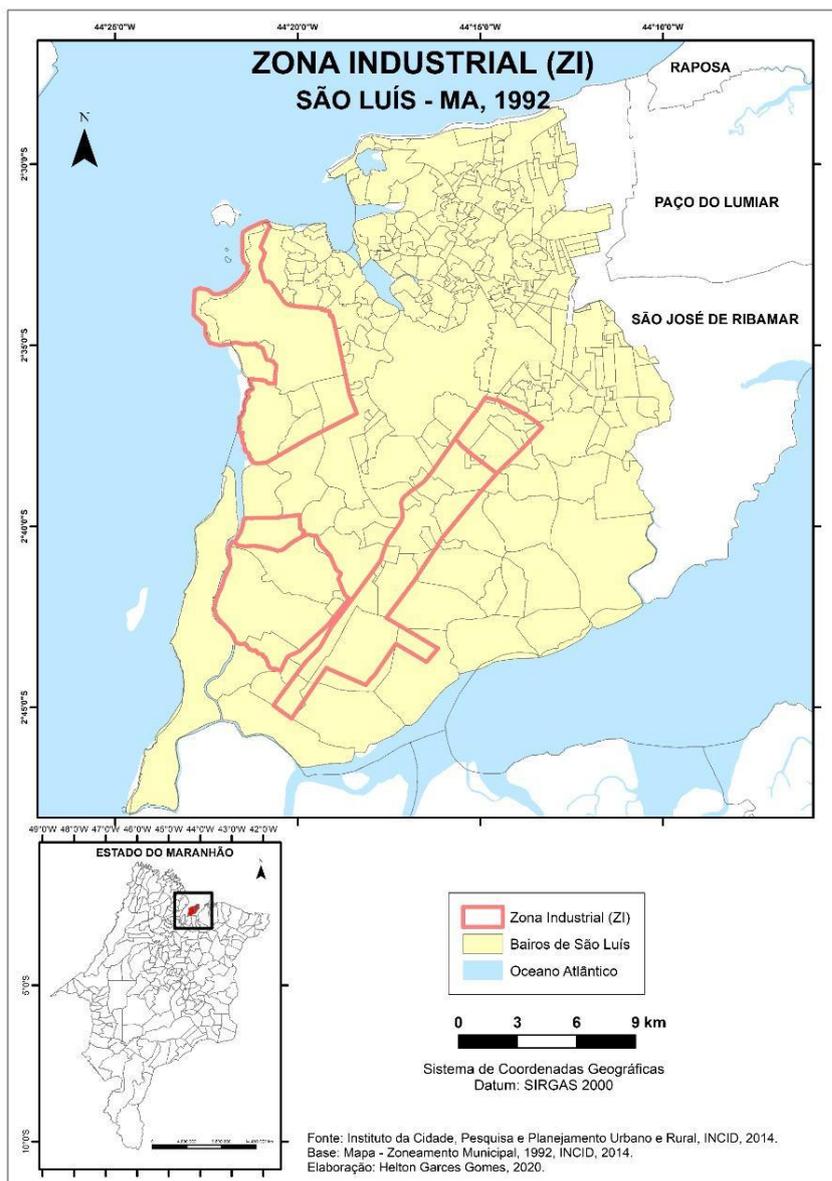
Portanto, nas últimas décadas do século XX, a região de São Luís passa por intensas transformações que reorganizaram a cidade para a configuração atual. Aqui destacamos dois processos amplos, porém seletivos: a) instalação de macrossistemas técnicos na cidade de São Luís; b) expansão urbana, tanto pelo processo de periferização da cidade, quanto pelo “boom imobiliário”, que ocorreu para atender as demandas de uma classe média emergente.

No estado do Maranhão e mais precisamente na cidade de São Luís, recorte espacial deste estudo, o processo de modernização acentuado no período da globalização se faz notar por meio da instalação e operacionalização dos grandes empreendimentos e na instalação de novos pontos de consumo, tais como, shoppings centers, restaurantes, centros comerciais e novas zonas residenciais. Esses novos usos territoriais criam novos fluxos e fixos, ou seja, uma outra configuração espacial para a cidade. Surgem outras centralidades e amplia-se as periferias.

O Estado incentivou a instalação de grandes indústrias na cidade de São Luís, a partir da criação do distrito industrial, por meio do Decreto Estadual nº 7.632/80. A área destinada exclusivamente às atividades industriais correspondia a mais de 23% do território ludovicense localizada na porção Oeste e Sul da cidade (Mapa 02), entretanto, a área influenciada por este setor foi muito maior que a delimitação para esta atividade produtiva, pois houve a

revalorização das áreas adjacentes e nova especulação sobre o uso do solo urbano (FERREIRA, 2014).

Mapa 02: Zona Industrial (ZI) - São Luís - MA (1992).



**Fonte:** Elaboração própria, 2020

Além da destinação de uma ampla parcela do território para uso industrial, as estruturas preexistentes e a criação de outras mais serviram de propaganda para atrair o capital industrial, inclusive estrangeiro, para a cidade, Ferreira (2014) destaca o acesso rodoviário asfaltado; a energia elétrica; o subsídio de terrenos e água; o telefone; o telex; a isenção de impostos, seja

parcial ou total; e o crédito especializado. Portanto, a partir de 1970, a cidade de São Luís, passa a contar com condições materiais para receber capital externo, tais condições são criadas de maneira direta pelas ações do Estado a partir de interesses político-econômicos específicos, que não abrangem as populações locais, mas sim, à uma demanda do mercado externo e aos interesses de uma classe dominante.

Em 1985, há a inauguração da Estrada de Ferro Carajás (EFC), parte de um projeto gigantesco de mineração chamado "Projeto Grande Carajás (PGC)". Com isso, intensifica-se a instalação de outros empreendimentos ao longo de todo o corredor de exportação, que abrange 14 municípios e possui extensão de 890 Km, sendo 590 Km em território maranhense. As atividades de mineração e siderurgia desenvolvidos tanto pela Vale, quanto pelo Consórcio de Alumínio do Maranhão - ALUMAR integram-se às atividades portuárias e só são possíveis, visto a existência do Porto do Itaqui e do Complexo da Madeira, pois são esses microssistemas técnicos que possibilitam a fluidez do minério extraídos do território ludovicense com destino ao mercado internacional em forma de *commodities* (BARBOSA e ALMEIDA, 2013).

É notável que a implantação de megaprojetos e o desenvolvimento de atividades industriais gera certa renda a uma parcela da população local, visto a criação de empregos diretos e indiretos. Entretanto, como característica dos processos produtivos do sistema capitalista e sobretudo como esses ocorrem nos países subdesenvolvidos, há grande concentração da riqueza gerada através da profunda exploração do território e da força de trabalho da população local e dos migrantes.

Ao nomearmos este tópico de "São Luís: a cidade para o capital externo" buscamos refletir sobre isso, tentando mapear os processos de modernização territorial, que para nós possui caráter seletivo à medida que o território se moderniza de maneira incompleta, e sua população não colhe os frutos de tal modernização.

O que foi descrito até aqui se refere sobretudo aos processos que se dão no eixo do Itaqui-Bacanga, área da cidade que reúne parte da Zona Industrial e grandes estruturas técnicas que possibilitam a comunicação comercial de São Luís, tanto com outras cidades do país, mas, sobretudo, com outras regiões do mundo, visto a importância da exportação de *commodities* para a atual forma econômica da cidade e do país.

Entretanto, a modernização da capital maranhense apresenta outras faces, que nos indicam a complexidade do processo de urbanização da cidade, portanto, retrocedemos no tempo para pontuar que a cidade conta com um núcleo histórico parcialmente conservado com uma arquitetura dos séculos XVIII e XIX. Esta parte da cidade já se apresentou como central e berço das classes abastadas, entretanto no processo de urbanização e modernização ludovicense perde prestígio e outras áreas passam a ser ocupadas. A dinâmica habitacional, influenciada diretamente pelos agentes imobiliários e pela população, muda, novos usos e formas de organização espacial surgem.

O que antes era um centro habitado pelas mais variadas camadas da sociedade se torna um local de memórias paisagísticas de um período áureo na história da cidade. Os bairros que compõem o Centro Histórico de São Luís deixaram de ser habitados pela população mais abastada, mas continuam abrigando moradores e modos de vida de outra camada social. Os casarões coloniais, com o passar do tempo, foram redefinidos a novas formas de usos.

O Centro Histórico que, durante o longo período de colonização, concentrava a população mais rica e os setores administrativos da cidade, passou a ser ocupado pela população mais carente e gradualmente, os usos daquele espaço foram se diversificando. Com a patrimonialização, alguns edifícios antigos foram transformados em museus, outros em restaurantes, comércios mais modernos, dentre outras formas de ocupação e uso. Ou seja, o antigo Centro de São Luís passou por um processo de refuncionalização e, segundo Corrêa (2009, p. 3) a “refuncionalização é primordialmente de natureza social, implicando em substituição de uma população de alto *status* por uma de *status* social baixo”.

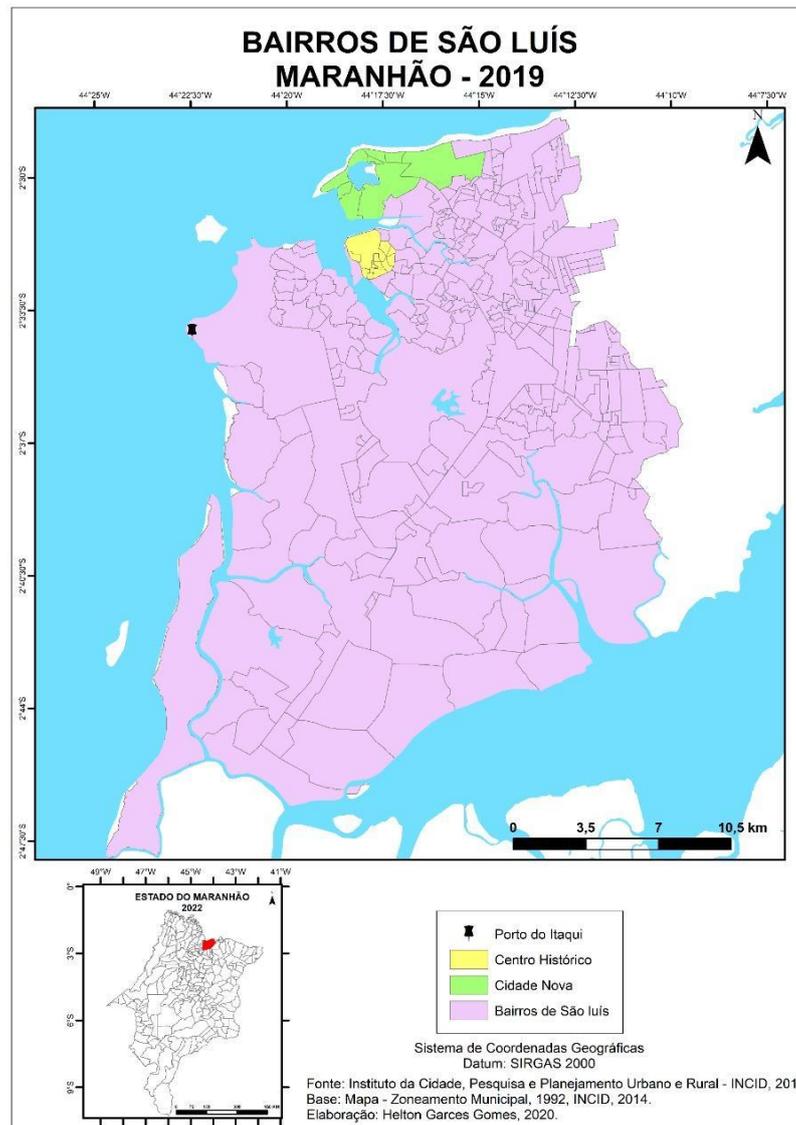
Essa parte da população que dali saiu, migrou para uma área da cidade, fazendo surgir o que popularmente ficou conhecido como a “*Cidade Nova*”<sup>2</sup> (Mapa 03). A Cidade Nova é o que se tem de maior exemplo quando falamos da produção do espaço urbano ligada às estratégias e interesses da produção de *mais valia*. Para Santos (2004, p. 202) o “ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”, e a produção espacial dessa nova área da cidade foi

---

<sup>2</sup> A *Cidade Nova* é uma região com a maior infraestrutura urbanística e de serviços na cidade de São Luís (Santos, 2014). Foi nomeada assim por se tratar de uma área onde se criara uma nova paisagem urbana mais vertical e moderna.

conduzida, principalmente, por um “boom imobiliário” que a cidade sofreu já nos primeiros anos do século atual.

Mapa 03: bairros de São Luís - Maranhão - 2019



**Fonte:** Elaboração própria, 2022

O “boom imobiliário”, é oriundo dos investimentos aportados em São Luís para criação de um mercado habitacional na cidade, onde se via uma ascendente classe média e a mudança da “elite” ludovicense para a nova região habitada da capital. As incorporadoras imobiliárias e as grandes construtoras, beneficiadas com as facilidades de créditos e a expansão de prazos de financiamentos habitacionais, aceleraram a ampliação do mercado de terrenos e

imóveis em São Luís, resultando por sua vez no crescimento do capital especulativo que pode ser observado na “sobrevalorização do solo urbano” (SANTOS, 2021, p. 48). No período entre 2003 e 2012, foram construídos 506 edifícios, dos quais 386 eram de caráter habitacional (SANTOS, 2021). Essa etapa da urbanização ludovicense é o que muitos autores classificam como verticalização.

Contudo, a verticalização ludovicense é um dos muitos processos que demonstram a seletividade da segregação urbana na cidade, já que, se de um lado gerou um padrão de consumo cosmopolita para uma parcela da população, por outro lado jogou a população mais carente para as áreas periféricas ao centro histórico e a Cidade Nova, mais precisamente as regiões limítrofes com os outros municípios da Ilha do Maranhão. Conforme Santos (2021), foi uma verticalização seletiva devido ao fato de a construção dos edifícios representarem o poder de consumo das classes sociais. Nas regiões denominadas de “áreas nobres” e com alto poder de consumo, um edifício possuía mais de 10 pavimentos com elevadores, distribuição de gás, áreas de lazer, academia, garagens para até dois carros, etc. Enquanto nas áreas mais periféricas as construções limitavam-se a no máximo quatro pavimentos, sem elevadores, alguns poucos com áreas de lazer e estacionamento, localizados em bairros com pouca estrutura urbana e com falta de equipamentos públicos necessários ao cotidiano do dia-a-dia.

Vejamos, o “boom imobiliário” é o traço mais evidente da produção espacial em São Luís com o aporte de investimentos externos, que por meio dos excedentes de capitais pode configurar o espaço urbano as suas necessidades, gerando ainda mais acúmulo de capital que foi investido no setor de serviços, para produzir ainda mais excedentes através de uma classe da sociedade com altos padrões de consumo. Soma-se a esse cenário, os investimentos oriundos do Estado que possibilitam a manutenção da dinâmica de produção e acumulação de capitais. Mas claro, somente para uma pequena parcela da população, enquanto a maioria sofre com os problemas sociais do dia-a-dia e com a falta de proatividade e respostas do poder público quanto às suas demandas e necessidades.

## **A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO LUDOVICENSE**

O crescimento e o desenvolvimento urbano de São Luís estão diretamente relacionados a sua principal atividade produtiva dentro de uma época. Analisa-se uma cidade que teve seus

picos de expansão quando o comércio, seja o interno ou externo, estava no seu auge de produção de bens e serviços.

A capital teve um desenvolvimento inicial no século XVII com a comercialização de produtos agrícolas para seu principal centro consumidor, neste caso Portugal. Nos séculos XVIII e XIX a chegada do Marquês de Pombal foi crucial para o crescimento urbano de São Luís, onde, ainda baseada na exportação de produtos agrícolas e investimentos da coroa portuguesa, a cidade passou por transformações na paisagem urbana que até hoje estão presentes, o famoso Centro Histórico de São Luís. A arquitetura dos casarões coloniais eram, e ainda são, o maior reflexo desse período que deu a capital maranhense um lugar entre as principais cidades do Brasil até fins do século XIX (FERREIRA, 2014).

Do início desse período até o seu final a principal atividade era a produção de algodão com destino a exportação para Inglaterra, centro da Revolução Industrial, e a importação de manufaturas que foram essenciais para a instalação da indústria têxtil na cidade. Esse momento da industrialização ludovicense foi encerrado com a crise do algodão, e resultou na depressão econômica da cidade até início do século XX, que foi amenizada com o surgimento da indústria de processamento do coco babaçu (um fruto da palmeira de babaçu encontrada em grande abundância no interior do Maranhão), de onde saíam produtos como o óleo de babaçu, sabonetes, ração para a agropecuária, entre outros produtos que eram exportados para o Brasil e para mundo. Porém, entre as décadas de 1920 e 1930, a exportação dos produtos derivados do coco babaçu sofreu uma grande queda no mercado levando a cidade a sofrer com uma nova crise econômica e sucessivamente a uma crise urbana com a falta de investimentos (FERREIRA, 2014).

É importante compreender essa urbanização como fruto dos investimentos do Estado, que representava em São Luís a principal porta de entrada para o comércio global. Cita-se aqui que a capital maranhense está estrategicamente localizada numa posição que dá acesso aos principais mercados internacionais, assim como as condições naturais que foram favoráveis para a instalação do Porto do Itaqui, essencial para a mudança do contexto econômico do Maranhão. O porto junto ao Programa Grande Carajás, foram importantes para as chegadas de dois grandes empreendimentos em São Luís, a Vale e o consórcio ALUMAR, entre as décadas de 1970 e 1980, que por meio da Estrada de Ferro Carajás transportavam o minério de ferro e

o alumínio das minas de Carajás, no Pará, até São Luís para a exportação dessas matérias primas com destino aos grandes centros consumidores através do Porto do Itaqui.

A partir desse ponto pode-se falar que a urbanização e o crescimento da cidade de São Luís sofrem uma transformação no seu contexto. Como mencionado anteriormente, o papel do Estado foi fundamental para que os processos transformadores da dinâmica urbana pudessem ocorrer no território, e conseqüentemente, na mudança da paisagem urbana. A instalação dos megas empreendimentos na capital e o crescimento demográfico, resultaram no surgimento de ações estatais que atendessem às demandas do capital, como o surgimento de estruturas urbanas e modais que atendessem a maior circulação de bens, serviços e pessoas, assim como a mudança na política habitacional da cidade, que antes das décadas 1970-80 estava focada em beneficiar as camadas mais pobres da sociedade e que a partir desse momento focou na produção de conjuntos habitacionais para uma população com maior poder de consumo na cidade, que estavam ligadas direta ou indiretamente com o setor industrial, até então a principal atividade produtiva e acumuladora de capital (VASCONCELLOS, 2014).

Isso é importante ser observado, pois, o surgimento de uma parcela da população que trabalha direta ou indiretamente com as atividades da Vale e da ALUMAR, fez expandir o setor de serviços na cidade. A partir da década de 1980 viu-se o surgimento de uma classe cada vez mais consumidora e junto a uma classe mais abastada de São Luís fez aumentar o consumo de bens e serviços. Entre os anos de 1986 e 2017, foram construídos 11 shoppings centers<sup>3</sup>, inúmeras galerias (pode-se dizer que é um exemplar reduzido de shopping), chegada de redes das mais variadas áreas do comércio, aumento na quantidade de hospitais e escolas da rede privada, serviços automotivos e autopeças, etc (FERREIRA, 2014). Claro, que esse contexto só foi possível devido ao aumento de investimentos na cidade, e aqui entra em cena o capital privado como um dos principais investidores da cidade.

As políticas públicas deixaram de serem inseridas somente pelo Estado para atender as necessidades sociais e passaram também a constituírem os interesses do capital, ou seja, parceria público-privada, isto é, a produção do espaço urbano seria ditada a partir de então pelas regras de acumulação do capital. Entende-se que a urbanização dos dias atuais é resultado direto

---

<sup>3</sup> Eram 11 *shoppings centers* até meados dos anos 2000 e com passar do tempo alguns foram desativados ou usados para outras atividades. Atualmente estão funcionando 7 *shoppings centers* na cidade.

da acumulação de capital, em que os centros urbanos são imprescindíveis para absorção dos excedentes do capital, bem como do trabalho. Essa absorção dos excedentes do capital pelos centros urbanos é explicada por Harvey (2014), em que:

[...]o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Não surpreende, portanto, que as curvas logísticas do aumento da produção capitalista sejam, com o tempo, muito semelhantes às curvas logísticas da urbanização da população mundial. (HARVEY, 2014, p. 30)

Ou seja, o crescimento do consumo na cidade resultou no acúmulo de capitais, o que por sua vez gerou a produção de mercadorias para produzir ainda mais capitais. Um grande exemplo disso foi a verticalização da cidade facilitado pela produção acentuada de *mais valia*, ou como Santos (2021, p. 52) cita, a urbanização foi fundamental para “acelerar a velocidade de rotação do capital, transformando capital-dinheiro em capital-mercadoria e capital mercadoria em mais capital-dinheiro”.

Esse movimento do poder público junto aos detentores de capitais, pode ser entendido como uma espécie de empreendedorismo urbano, em que Harvey (2005) o aborda:

[...] o novo empreendedorismo tem, como elemento principal, a noção de “parceria público-privada”, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego. (HARVEY, 2005, p. 171)

De fato, a cidade de São Luís já no início do século XXI recebeu seguidos investimentos de melhoria e expansão das estruturas urbanas, onde antes se concentravam no centro migrando para outras áreas do município. O maior exemplo desse movimento é o surgimento da “Cidade Nova”, na região mais ao norte, acompanhando a orla marítima ocasionando o aparecimento de uma “área nobre” na cidade. Nessa região, a estrutura urbana e os serviços são os mais completos para atender a uma parcela da população e a localização dos empreendimentos voltados para o setor de serviço, lazer, turismo e negócios financeiros. Assim surgiu uma nova cidade dentro da cidade de São Luís, voltada para o consumo e o empreendedorismo.

Não se pode esquecer de mencionar que esse empreendedorismo urbano estava direcionado somente para atender ao consumo de uma parcela da população, mas também aos grandes empreendimentos que se instalaram na zona industrial da cidade, somando-se a Vale e

a ALUMAR, próximas às imediações do Porto do Itaquí. Nessa região os investimentos feitos pela parceria público-privado foram direcionados para melhorar a malha viária e a estrutura necessária com o objetivo de facilitar a circulação das matérias primas, os produtos processados dessas matérias primas e da mão-de-obra.

Entretanto, os investimentos aportados em São Luís só são notados nas regiões em que o capital deseja, enquanto a maior parte da população sofre com a falta de equipamentos públicos minimamente decentes, redes de esgotamento sanitário, transporte público para atender a todos, dentre várias necessidades do cotidiano que deveriam ser oferecidas pelo Estado. Ou seja, a urbanização de São Luís sempre fora seletiva, mas no período de 2000 até os dias atuais se faz cada vez mais segregadora para atender as necessidades e caprichos de uma pequena parcela dos ludovicenses e do empreendedorismo, ou do capital.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A compreensão do processo de urbanização de uma cidade, sem dúvidas, é um exercício complexo e requer um grande esforço de análise, pois a urbanização das cidades brasileiras se caracteriza por um emaranhado de relações sociais sobre e no território, ou seja, diversas ações e usos do território que resultam na sua diversificação espacial que também é responsável por novas ações e usos.

Diante disso, consideramos que compreender o papel dos agentes espaciais é de grande relevância para entender a configuração das cidades brasileiras, à medida que as ações produzem as características espaciais. As ações dos agentes sociais não são neutras, possuem intencionalidades políticas e econômicas bem definidas que determinam o modo que espaços vão ser organizados e essa organização acontece para atender interesses específicos dos grupos hegemônicos.

Isso se observa em São Luís desde seus primeiros momentos de formação, a produção espacial sempre se apresentou como resultados principalmente das ações dos agentes dominantes que buscavam suprir demandas econômicas a fim de obter lucros e riquezas. Portanto, destacamos que as atividades produtivas nortearam e norteiam a forma como a cidade ludovicense se desenvolve.

A partir de 1970, com a globalização, há os incentivos à modernização da cidade e o aporte de grandes projetos que integram a cidade ao mercado global, essa modernização é sobretudo espacial e econômica, entretanto é desigual, à medida que ao mesmo passo que o território se moderniza a situação de pobreza na cidade se mantém. Ocorre, portanto a reestruturação espacial e econômica da cidade de São Luís, a cidade se expande, os números referentes a economia têm um salto, entretanto, em muitas zonas da cidade prevalecem situação de pobreza e informalidade, ou seja, nota-se que a modernização da cidade não atinge todas as camadas territoriais.

Observamos manchas de modernizações em áreas específicas, mas estas não alteram a estrutura social marcadamente capitalista, apesar de promover uma reestruturação do ponto de vista das formas espaciais, tal como a verticalização da cidade - ou como apontamos no texto a dita “Cidade Nova” - e os macrossistemas técnicos integradores da economia local a global.

Diante disso, consideramos que as mudanças espaciais, na cidade de São Luís, são reflexo dos usos capitalistas do território, que impõe ao lugar os interesses de acumulação e concentração de riqueza, a partir da força de ação dos agentes hegemônicos, sobretudo o Estado e os detentores de capital. Entretanto observamos que há sempre uma disputa pelos usos do território e isso mantém sempre a possibilidade de produzir cidades menos desiguais por meio de usos que considerem as necessidades locais e as demandas dos sujeitos sociais.

## REFERÊNCIAS

BAGGIO, Ulysses da Cunha. **O território brasileiro em perspectiva: modernização e implicações socioespaciais.** Revista de C. Humanas. Viçosa, v. 4, n. 1, p. 160-174, jan/jun. 2014.

BARBOSA, Zulene Muniz. ALMEIDA, Desni Lopes. **A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional.** Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na America Latina. ISSN 2177-9503. 2013

CORRÊA, Roberto Lobato. **Processo, Forma e Significado: Uma breve consideração.** Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRGS. Rio Grande do Sul, RS - 2009.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro.** São Luís: EDUFMA, 2014.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências), 252 p. Extraído de Harvey, David. Spaces of capital. Towards a critical geography. Edinburgh: Eddinburgh Univerty Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana** /David Harvey; tradução Jeferson Camargo. - São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves do. **O urbano ludovicense: produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões**. São Luís: EDUFMA; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. 309 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica a Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos; 2). ISBN: 85-314-0715-X.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de. **Política habitacional do Estado autoritário em São Luís (1964-1985)**. São Luís, 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), 2014.